

ÁGUAS DO CENTRO LITORAL, SA

**CADERNO DE ENCARGOS PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE
AQUISIÇÃO DE BENS E ASSISTÊNCIA TÉCNICA AOS GRUPOS DE
COGERAÇÃO DA ETAR DE CACIA E ETAR DE ÍLHAVO**

PRC/2025/086/MAN/CP

Caderno de Encargos

Junho de 2025

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.^a

Objeto

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição de serviços e o fornecimento de bens para a assistência técnica aos grupos de cogeração das instalações do Polo Ria das Águas do Centro Litoral, S.A. (doravante designada por AdCL), com observância das especificações técnicas constantes do **ANEXO I** ao Caderno de Encargos.
2. Os locais de fornecimento dos bens e execução dos serviços são a ETAR de Cacia, localizada na Rua do Passal, lugar de Sarrazola, freguesia de Cacia, concelho de Aveiro e a ETAR de Ílhavo, localizada na Zona Industrial da Mota, freguesia da Gafanha da Encarnação, concelho de Ílhavo.

Cláusula 2.^a

Contrato

1. O contrato integra os seguintes elementos:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões dos termos de referência identificados pelos concorrentes e expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos.
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos.
 - c) O presente Caderno de Encargos e os seus anexos.
 - d) A proposta.
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta prestados pelo Adjudicatário.
 - f) O clausulado contratual.
2. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, em caso de divergência entre os vários

documentos que integram o contrato, a prevalência é determinada pela ordem por que vêm enunciados no número anterior.

Cláusula 3.^a

Prazo contratual

1. O contrato vigorará pelo período de 3 (*três*) anos, a contar da sua assinatura, ou em alternativa, quando os pagamentos realizados ao Adjudicatário perfaçam o preço contratual máximo de 240.000,00€ (*duzentos e quarenta mil euros*), sem IVA incluído, sem prejuízo das obrigações acessórias que perdurem para além da cessação do contrato.
2. Para além do prazo global definido no número anterior são vinculativos os seguintes prazos parciais:
 - a) No prazo máximo de 10 (*dez*) dias, após a assinatura do contrato, o Adjudicatário deverá apresentar os documentos comprovativos da titularidade de um técnico mecânico/eletromecânico com experiência comprovada de, pelo menos, 10 (*dez*) anos em manutenção em equipamentos de cogeração, como exigido no **ANEXO I**.
 - b) No prazo máximo de 10 (*dez*) dias, após a assinatura do contrato, o Adjudicatário deverá apresentar os documentos identificados no n.º I da cláusula 5ª do presente Caderno de Encargos.
 - c) O Adjudicatário obriga-se a, no prazo máximo de 48 (*quarenta e oito*) horas, a contar do pedido realizado pela AdCL nos termos do **ANEXO I**, iniciar o diagnóstico do estado de condição do equipamento nas situações de prestação de serviços de **ASSISTÊNCIA TÉCNICA NÃO PROGRAMADA**.
 - d) Nas situações de prestação de serviços de **ASSISTÊNCIA TÉCNICA NÃO PROGRAMADA**, o Adjudicatário obriga-se a iniciar a prestação de serviços e o fornecimento de bens constante do Relatório de diagnóstico do estado de condição do

equipamento, no prazo máximo de 7 (sete) dias, a contar da comunicação da Aprovação do Relatório Técnico referido em 3.1.1, para o mail do Adjudicatário indicado no Contrato.

CAPÍTULO II

OBRIGAÇÕES DAS PARTES

SECÇÃO I

OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO

Cláusula 4.^a

Obrigações do Adjudicatário

I. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e no presente Caderno de Encargos e respetivos anexos, constituem obrigações principais do Adjudicatário as seguintes:

- a) Executar a prestação de serviços e o fornecimento de bens, cumprindo com as especificações técnicas definidas no **ANEXO I** ao presente Caderno de Encargos.
- b) Realizar os serviços objeto do contrato com respeito pelas regras, regulamentos e disposições aplicáveis e com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência.
- c) No final de cada intervenção o Adjudicatário obriga-se a elaborar Relatório que remeterá, por mail, para o gestor do contrato da AdCL, para avaliar a conformidade de cada intervenção.

- d) Afetar à prestação de serviços todos os meios humanos, técnicos e materiais necessários ao bom cumprimento da mesma, cumprindo o **ANEXO I** ao presente Caderno de Encargos
- e) Fornecer e assegurar a utilização dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e dos Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC) necessários aos trabalhadores afetos à prestação de serviços.
- f) Designar um gestor de contrato.
- g) Garantir os bens fornecidos no âmbito da execução contratual .
- h) Cumprir o Decreto-Lei n.º 103/2008 de 24 de junho, na sua atual redação, e o Decreto-Lei n.º 50/2005 de 25 de fevereiro.
- i) O Adjudicatário fica sujeito ao cumprimento das disposições legais e regulamentares, bem como às demais disposições impostas pela AdCL, nos termos do “Regulamento para Fornecedores”, “Código de Conduta de Fornecedores” e do próprio sistema de gestão de responsabilidade empresarial em vigor, sendo por sua conta os encargos que de tal resultem.
- j) O Adjudicatário deve disponibilizar a informação e os registos necessários à verificação do cumprimento do estabelecido no ponto anterior.
- k) O Adjudicatário deve conduzir a sua atividade de forma ética e socialmente responsável e a adotar os princípios e valores éticos da AdCL, assinando para o efeito as Declarações de Aceitação do Código de Conduta para Fornecedores e Regulamento para Fornecedores, que fazem parte integrante do processo patenteado a concurso.
- l) Caso sejam utilizadas paletes no âmbito do presente procedimento, o Adjudicatário deve garantir que as mesmas cumprem o Decreto-Lei n.º 95/2011, de 8 de agosto, no que diz respeito ao tratamento térmico e à marcação das paletes.

Cláusula 5.^a

Receção dos elementos a produzir ao abrigo do Sistema de Gestão

I. No que diz respeito ao cumprimento dos requisitos do Sistema de Gestão, que se encontram expressos no Regulamento para Fornecedores, o Adjudicatário deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados a partir data de assinatura do contrato, os seguintes documentos:

- a) Lista com o nome dos trabalhadores a alocar à parte da prestação de serviços que será realizada nas instalações da AdCL, com indicação do vínculo estabelecido entre Adjudicatário e vínculo laboral com o Adjudicatário.
- a) Cópia das fichas de aptidão médica dos colaboradores que irão executar os serviços nas instalações da AdCL.
- b) Extrato da declaração de remunerações entregue na segurança social (ocultar valores remuneratórios), onde estejam identificados os colaboradores que irão acompanhar e executar os serviços nas instalações da AdCL.
- c) Cópia do último envio do Anexo D do relatório único.
- d) Cópia do registo de entrega de EPI's (equipamentos de proteção individual) dos colaboradores que irão acompanhar e executar os serviços nas instalações da AdCL.
- e) Comprovativo da formação em segurança e ambiente dada a todos os colaboradores que irão acompanhar e executar os serviços nas instalações da AdCL.
- f) Comprovativo da existência de seguros obrigatórios contra acidentes de trabalho em vigor que inclua os colaboradores que executarão os serviços nas instalações da AdCL, de acordo com o definido na alínea a) do n.º I da Cláusula 26.^a (recibo de pagamento).
- g) Comprovativo da existência de seguro de responsabilidade civil em vigor de acordo com o definido na alínea b) do n.º I da Cláusula 26.^a (recibo de pagamento).
- h) Fichas de Procedimentos de Segurança para a realização dos serviços.
- i) Cópia dos certificados de calibração dos equipamentos de medida utilizados no âmbito do presente procedimento.

1. A AdCL analisa os documentos referentes ao n.º I no prazo máximo de 10 (dez) dias, comunicando por escrito, ao Adjudicatário, da sua validação ou solicitando a necessidade de corrigir/complementar eventuais discrepâncias com exigências legais ou especificado.
2. O início da prestação de serviços com instalação dos bens a fornecer, nas instalações da AdCL, só podem ocorrer após a validação integral dos documentos exigidos no n.º I, por parte da AdCL.

Cláusula 6.ª

Conformidade e operacionalidade dos bens e serviços

1. O Adjudicatário obriga-se perante a AdCL a prestar os serviços e a fornecer os bens móveis com as características, especificações e cumprindo todos os requisitos técnicos previstos no **ANEXO I** ao presente Caderno de Encargos.
2. Os bens a fornecer no âmbito do contrato devem ser entregues, no estado de novo, em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário à sua entrada em funcionamento.

Cláusula 7.ª

Caraterísticas dos equipamentos objeto da prestação de serviços e fornecimento de bens

A prestação de serviços e o fornecimento e instalação dos bens e serviços, objeto do presente contrato, terá lugar nas instalações identificadas no **ANEXO II** e considerando a tabela de características dos motogeradores das ETAR de Cacia e ETAR de Ílhavo, constante no **ANEXO II** ao presente Caderno de Encargos.

Cláusula 8.^a

Inspeção e testes de aceitação

1. No final da realização de cada prestação de serviços de manutenção preventiva e de cada assistência não programada, objeto do contrato, o Adjudicatário remeterá para o gestor do contrato da AdCL um relatório com descrição pormenorizada da intervenção realizada, para avaliar a conformidade de cada intervenção.
2. O gestor de contrato da ADCL, por si ou através de terceiro por ela designado e com a presença de um representante do Adjudicatário, procede à inspeção quantitativa e qualitativa da intervenção realizada, com vista a verificar, respetivamente, se os bens e serviços prestados cumprem as características, especificações e requisitos técnicos e operacionais definidos no **ANEXO I** ao presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos na lei.
3. A inspeção qualitativa a que se refere o número anterior incide sobre a qualidade e conformidade da prestação de serviços, bem como sobre os bens fornecidos e respetiva instalação, sendo efetuada através de testes de funcionamento do equipamento, de modo a confirmar o correto funcionamento do mesmo e de todos os seus componentes.
4. Durante a fase de realização destes testes, o Adjudicatário deve prestar à AdCL toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários, fazendo-se representar durante a realização daqueles, através de pessoas devidamente credenciadas para o efeito.
5. Os encargos com a realização dos testes, devidamente comprovados, são da responsabilidade do Adjudicatário.
6. Verificando-se a conformidade da prestação de serviços e dos bens fornecidos, a AdCL aprovará o Relatório referido no n.º I, sendo a aprovação será comunicada por e-mail ao Adjudicatário.

Cláusula 9.^a

Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias

1. No caso de os testes previstos na cláusula anterior não comprovarem a total operacionalidade dos equipamentos do contrato, bem como a desconformidade da execução da prestação de serviços ou dos bens fornecidos, com as exigências legais ou contratuais, a AdCL deve disso informar, por escrito, o Adjudicatário.
2. No caso previsto no número anterior, o Adjudicatário deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pela AdCL, às reparações ou substituições necessárias para garantir a operacionalidade do equipamento e o cumprimento das exigências legais e das características, especificações constantes do **ANEXO I** e da proposta adjudicada e requisitos técnicos exigidos.
3. Após a realização das substituições necessárias pelo Adjudicatário, no prazo respetivo, a AdCL procede à realização de novos testes de aceitação, nos termos da cláusula anterior.

Cláusula 10.^a

Aprovação do relatório de cada intervenção

1. Caso os testes a que se refere a Cláusula 8.^a comprovem a total operacionalidade dos equipamentos intervencionado e a conformidade da prestação de serviços e fornecimento realizados, bem como a sua conformidade com as exigências legais e não sejam detetados quaisquer defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no **ANEXO I** ao presente Caderno de Encargos, será remetido mail a aprovar o relatório de cada intervenção.
2. A aprovação do relatório não implica a aceitação de eventuais defeitos ou de discrepâncias dos bens fornecidos na execução do contrato com as exigências legais ou com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no **ANEXO I** ao presente Caderno de Encargos.

Cláusula I I.^a

Garantia

1. Nos termos da presente cláusula e da lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, o Adjudicatário garante os bens objeto do contrato, pelo prazo de 3 (três) anos a contar da aprovação do relatório de intervenção, contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e com características, especificações e requisitos técnicos definidos previstos no **ANEXO I** ao presente Caderno de Encargos, que se revelem a partir da respetiva aceitação do bem.
2. A garantia prevista no número anterior abrange:
 - a) O fornecimento, a montagem ou a integração de quaisquer peças ou componentes em falta.
 - b) A desmontagem de peças, componentes ou bens defeituosos ou danificados.
 - c) A reparação ou a substituição das peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes.
 - d) O fornecimento, a montagem ou instalação das peças, componentes ou bens reparados ou substituídos.
 - e) O transporte do bem ou das peças ou componentes defeituosos ou discrepantes para o local da sua reparação ou substituição e a devolução daqueles bens ou a entrega das peças ou componentes em falta, reparados ou substituídos.
 - f) A deslocação ao local da instalação ou de entrega.
 - g) A mão-de-obra.
3. No prazo máximo de 2 (dois) meses a contar da data em que a AdCL tenha detetado qualquer defeito ou discrepância, deve notificar o Adjudicatário, para efeitos da respetiva reparação ou substituição.
4. A reparação ou substituição previstas na presente cláusula devem ser realizadas dentro de um prazo razoável fixado pela AdCL e sem grave inconveniente para este último, tendo em conta a natureza do bem e o fim a que o mesmo se destina.

Cláusula 12.^a

Dever de sigilo

1. O Adjudicatário obriga-se a não divulgar quaisquer informações e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à AdCL, de que venha a ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. O Adjudicatário obriga-se também a não utilizar as informações obtidas para fins alheios à execução do contrato.
3. O Adjudicatário obriga-se a remover e destruir no termo final do prazo contratual todo e qualquer registo, em papel ou eletrónico, que contenha dados ou informações referentes ou obtidas na execução do contrato e que a AdCL lhe indique para esse efeito.
4. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 2 (*dois*) anos após a extinção das obrigações decorrentes do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 13.^a

Tratamento de dados pessoais

1. No caso de o Adjudicatário necessitar de aceder a dados pessoais no decurso da execução do contrato, deve fazê-lo exclusivamente na medida do estritamente necessário para integral e adequada prossecução dos fins constantes do contrato, na qualidade de subcontratante, e por conta e de acordo com as instruções da AdCL, nos termos da legislação aplicável à proteção de dados pessoais.
2. O Adjudicatário não pode proceder à reprodução, gravação, cópia ou divulgação dos dados pessoais para outros fins que não constem do contrato, ou para proveito próprio.

3. O Adjudicatário deve cumprir rigorosamente as instruções da AdCL no que diz respeito ao acesso, registo, transmissão ou qualquer outra operação de tratamento de dados pessoais.
4. O Adjudicatário deve proceder à implementação de medidas de segurança de tratamento de dados pessoais e adotar medidas técnicas e organizativas para proteger os dados contra destruição accidental ou ilícita, perda accidental, alterações, difusão ou acesso não autorizados, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos.
5. O Adjudicatário deve tomar as medidas adequadas para assegurar a idoneidade dos seus trabalhadores ou colaboradores, a qualquer título, que tenham acesso aos dados pessoais fornecidos pela AdCL, ou por quem atue em representação deste.
6. O Adjudicatário deve assegurar que o acesso aos dados pessoais é limitado às pessoas que efetivamente necessitam de aceder aos mesmos para cumprir com as obrigações impostas pelo presente contrato e que os trabalhadores, colaboradores ou subcontratados assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitos a adequadas obrigações legais de confidencialidade, sendo o Adjudicatário responsável pela utilização dos dados pessoais por parte dos mesmos.
7. Mediante solicitação escrita da AdCL, o Adjudicatário deve, no prazo de 15 (*quinze*) dias, informar quais as medidas tomadas para assegurar o cumprimento dos deveres referidos nos números anteriores.
8. O Adjudicatário deve comunicar de imediato à AdCL quaisquer reclamações ou questões colocadas pelos titulares dos dados pessoais.
9. O Adjudicatário encontra-se adstrito a notificar de imediato a AdCL de qualquer monitorização, auditoria ou controlo por parte de entidades reguladoras/de supervisão de que seja objeto.
10. Se o Adjudicatário tomar conhecimento, ou suspeitar, de violações de dados pessoais que resultem, ou possam resultar, na destruição accidental ou não autorizada de dados, na perda, alteração, acesso ou revelação não autorizada dos dados, deve notificar, por escrito, a AdCL, disponibilizando-lhe uma descrição da violação de dados ocorrida, informando-o das categorias e

número de titulares de dados afetados, das prováveis consequências da violação, assim como fornecer-lhe qualquer outra informação que a AdCL possa razoavelmente solicitar.

11. Quando se verifique uma violação de dados pessoais, por causas imputáveis ao Adjudicatário, este compromete-se a adotar as seguintes medidas, sem quaisquer custos adicionais para a AdCL:

- a) Tomar de imediato as medidas necessárias para investigar a violação ocorrida, identificar e prevenir a repetição dessa violação, e encetar esforços razoáveis para mitigar os efeitos dessa violação.
- b) Desenvolver as ações necessárias para remediar a violação.
- c) Documentar todas as circunstâncias referentes à violação para efeitos de controlo por parte da autoridade de supervisão.

12. O Adjudicatário obriga-se a ressarcir a AdCL por todos os prejuízos em que este venha a incorrer em virtude da utilização ilegal e/ou ilícita de dados pessoais, nomeadamente por indemnizações e despesas em que tenha incorrido na sequência de reclamações ou processos propostos pelos titulares dos dados, bem como por taxas, coimas e multas que tenha de pagar.

13. O incumprimento dos deveres estabelecidos na presente cláusula por parte do Adjudicatário e a verificação de inexistência de garantias de *compliance* do Adjudicatário é fundamento de resolução do presente contrato com justa causa pela AdCL, podendo implicar o dever de indemnização por eventuais violações que lhe sejam imputadas.

Cláusula 14.^a

Conservação de dados pessoais

I. O Adjudicatário deve apagar e destruir os dados pessoais tratados quando os mesmos deixarem de ser necessários para a execução do contrato, e sempre em prazo não superior a um ano após a cessação do contrato que esteve na base da licitude do seu tratamento e de acordo com as instruções dadas pela AdCL.

2. Dependendo da opção da AdCL, o Adjudicatário apagará ou devolverá todos os dados pessoais, depois de concluída a execução do contrato, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo da legislação aplicável.

Cláusula 15.^a

Transferência de dados pessoais

O Adjudicatário não pode transferir quaisquer dados pessoais para outra entidade, independentemente da sua localização, salvo autorização prévia e escrita da AdCL, exceto se o Adjudicatário for obrigado a fazê-lo pela legislação aplicável, ficando obrigado a informar, nesse caso, a AdCL antes de proceder a essa transferência.

SECÇÃO II

OBRIGAÇÕES DA ADCL

Cláusula 16.^a

Preço contratual máximo e preços base unitários

1. Pela prestação de serviços e fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a AdCL deve pagar ao Adjudicatário os preços unitários contratuais, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2. Os preços unitários referidos no número anterior incluem todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à AdCL, nomeadamente os relativos ao transporte dos bens objeto do contrato para o respetivo local de entrega, custos de mão de obra,

consumíveis, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

3. O preço contratual máximo é de 240.000,00€ (duzentos e quarenta mil euros).

4. Os preços base unitários, aos quais acresce o IVA à taxa legal em vigor, são os seguintes:

4.1 Para a prestação de serviços de manutenção preventiva:

Item	Referência	Descrição	Unidade	Preço Base Unitário €/unidade)
1	E1	Aquisição de bens e manutenção preventiva necessários à Intervenção Periódica “E1” (700 horas)		
1.1	E1C	ETAR Cacia	intervenção	914,00 €
1.2	E1I	ETAR Ílhavo	intervenção	1 022,00 €
2	E2	Aquisição de bens e manutenção preventiva necessários à Intervenção Periódica “E2” (1400 horas)		
2.1	E2C	ETAR Cacia	intervenção	1 406,00 €
2.3	E2I	ETAR Ílhavo	intervenção	2 243,00 €
3	E3	Aquisição de bens e manutenção preventiva necessários à Intervenção Periódica “E3” (4200 horas)		
3.1	E3C	ETAR Cacia	intervenção	1 595,00 €
3.2	E3I	ETAR Ílhavo	intervenção	2 541,00 €
4	R1	Aquisição de bens e manutenção preventiva necessários à Intervenção Periódica “R1” (8400 horas)		
4.1	R1C	ETAR Cacia	intervenção	16 516,00 €
4.2	R1I	ETAR Ílhavo	intervenção	10 810,00 €
5	R2	Aquisição de bens e manutenção preventiva necessários à Intervenção Periódica “R2” (25200 horas)		
5.1	R2C	ETAR Cacia	intervenção	32 428,00 €
5.2	R2I	ETAR Ílhavo	intervenção	54 154,00 €

4.2 Para a prestação de serviços de assistência técnica não programada:

Item	Referência	Descrição	Unidade	Preço Base Unitário €/unidade)
6	Desl.	Deslocação		
6.1	Desl. EM	Especialidade Eletromecânica	deslocação	152,00 €
6.2	Desl. AUT	Especialidade Automação	deslocação	152,00 €
7	MdO	Mão-de-obra		
7.1	MdO EM	Especialidade Eletromecânica	h	38,00 €
7.2	MdO AUT	Especialidade Automação	h	28,00 €

4.3 Para a prestação de serviços de assistência técnica não programada - componentes e consumíveis a fornecer:

Item	Referência	Descrição	Unidade	Preço Base Unitário €/unidade)
8	Comp.	Componentes		
8.1	1910B70	Cabeça motor nova	un	6 032,39 €
8.2	1975040	Conjunto juntas cabeça	un	175,57 €
8.3	7689067	Turbo compressor	un	4 664,35 €
8.4	1610310	Camisa cilindro completa	un	672,14 €
8.5	1915120	Pistão completo	un	978,03 €
8.6	1915100	Conjunto segmento pistão	un	169,06 €
8.7	1615186	Parafuso da biela	un	72,51 €
8.8	1915014	Casquilho pé de biela	un	106,50 €
8.9	1615C70	Cojinete biela	un	228,38 €
8.10	7641147	Atuador	un	11 870,38 €
8.11	1610116	Junta tampa registro biela	un	21,62 €
8.12	1940182	Junta união coletor escape	un	175,97 €
8.13	1610064	Junta tampas registro bielas	un	13,41 €
8.14	7471157	Retentor termostato	un	55,53 €
8.15	1640040	Compensador escape	un	1 562,04 €
8.16	1940120	Coletor escape FGLD 240	un	4 276,70 €
8.17	1940110	Coletor escape FGLD 240	un	4 456,25 €
8.18	1615250	Conjunto varilla mando balancin	un	163,78 €
8.19	1940080	Coletor escape FGLD 480	un	5 604,13 €
8.20	1940040	Coletor escape FGLD 480	un	6 832,38 €

8.21	1940050	Coletor escape FGLD 480	un	7 000,76 €
8.22	1910223	Parafuso fixação cabeça	un	106,45 €
8.23	1610047	Porca fixação cabeça	un	55,91 €
8.24	1610048	Anilha fixação cabeça	un	15,73 €
8.25	7628285	Bomba água	un	3 104,16 €
8.26	7690361	Válvula 3 vias	un	1 427,42 €
8.27	7600988	TERMOCONTACTO 65°C	un	705,44 €
8.28	7664098	Modulo ignição	un	6 295,32 €
8.29	7603110	Manómetro pressão	un	144,70 €
8.30	1946640	Kit adaptador turbo	un	1 454,75 €
8.31	1930003	Eixo válvula borboleta	un	184,53 €
8.32	7430007	Casquilho	un	16,94 €
8.33	7640114	Casquilho atuador	un	255,80 €
8.34	7664305	Pick up	un	442,55 €
8.35	1616130	Volante com coroa	un	5 046,75 €
8.36	1679020	Kit estanqueidade b.c. prin	un	515,98 €
8.37	1620044	Junta caixa termostato	un	36,50 €
8.38	7679008	Termostatos	un	100,44 €
8.39	7601239	Purgador de ar	un	296,21 €
8.40	7600553	Termopar gás escape	un	219,56 €
8.41	3860006	Racor 1/4" para sonda	un	55,74 €
8.42	7600189	Termo contacto paragem alta temp	un	686,04 €
8.43	1520097	Anilha circuito principal	un	50,96 €
8.44	7211262	Junta ligação entrada óleo turbo	un	2,43 €
8.45	1545029	Junta tubagem descarga óleo	un	5,55 €
8.46	1930068	Junta	un	19,25 €
8.47	1610516	Junta superior bloco	un	237,54 €
8.48	1940008	Junta turbo	un	73,86 €
8.49	1940009	Junta saída coletor água	un	7,43 €
8.50	1945254	Junta turbo	un	83,66 €
8.51	7215345	Junta tórica	un	9,83 €
8.52	7214312	Junta tórica	un	17,28 €
8.53	7665021	Ligação flexível	un	220,60 €
8.54	1520093	Junta tubo água coletor	un	5,49 €
8.55	7214132	Junta tórica	un	22,32 €
8.56	7215332	Junta tórica	un	31,25 €
8.57	7215331	Junta tórica	un	8,87 €
8.58	7214273	Junta tórica 65,5 x 4	un	4,83 €
8.59	7215601	Junta tórica	un	23,76 €

8.60	7214525	Junta tórica 94,5x3	un	4,82 €
8.61	1620362	Manguito silicone d90	un	41,54 €
8.62	7000402	Abraçadeira	un	45,41 €
8.63	7213441	Junta tórica	un	3,50 €
8.64	7213452	Junta tórica	un	10,91 €
8.65	7213686	Junta bomba água	un	13,64 €
8.66	7213442	Junta tórica	un	6,95 €
8.67	7679009	Termostato óleo	un	97,73 €
8.68	7679033	Termostato óleo	un	341,47 €
8.69	7214101	Junta tórica	un	5,18 €
8.70	7400167	Abraçadeira	un	304,22 €
8.71	1930078	Junta adaptador	un	20,63 €
8.72	1930089	Junta	un	21,03 €
8.73	1930092	Junta plana entrada de gás	un	26,13 €
8.74	1930091	Junta	un	21,12 €
8.75	7664005	Bobine	un	384,11 €
8.76	1640003	Perno	un	33,29 €
8.77	1740064	Porca	un	32,24 €
8.78	7215406	O'ring coletor admissão	un	26,84 €
8.79	1940017	Junta adaptador turbo	un	34,80 €
8.80	7211996	Oring	un	9,11 €
8.81	7210366	Oring	un	7,44 €
8.82	1640014	Junta cotovelo saída gás	un	59,00 €
8.83	1945315	Junta oval espiral adaptador turbo	un	261,75 €
8.84	1645023	Junta dn150	un	31,82 €
8.85	7212662	Junta tórica	un	9,81 €
8.86	1645031	Junta tampa entrada/saída	un	19,80 €
8.87	1645299	Junta tampa intercooler	un	79,02 €
8.88	1940012	Tampa saída turbo	un	222,41 €
8.89	7011013	Parafuso coletor escape	un	14,85 €
8.90	7010453	Parafuso	un	7,23 €
8.91	1625320	Válvula sobrepressão	un	629,86 €
8.92	7211896	Junta tórica	un	8,31 €
8.93	7220038	Junta cobre	un	6,23 €
8.94	7214576	Junta tórica	un	17,21 €
8.95	1635108	Junta	un	11,49 €
8.96	1930066	Junta carburador	un	23,31 €
8.97	1620345	Junta	un	14,63 €
8.98	7400011	Abraçadeira	un	24,18 €

8.99	1933600	Cabos velas	un	261,21 €
8.100	7650416	Filtro óleo FGLD 480	un	56,03 €
8.101	7650417	Filtro óleo FGLD 240	un	31,52 €
8.102	7618135	Motor arranque	un	3 319,66 €
8.103	7681018	Silenciador escape	un	5 769,36 €
8.104	1915090	Biela completa FGLD 480	un	2 320,68 €
8.105	1915080	Biela completa FGLD 240	un	2 265,73 €
8.106	MOTOROIL 2040	Tambor de óleo para motores a biogás - 208 litros	un	1 006,48 €

5. Os preços base unitários das intervenções de assistência técnica não programada, das deslocações e da mão-de-obra foram definidos tendo por base os valores unitários contratuais do anterior contrato em execução, na AdCL e com igual objeto, acrescidos do valor da inflação verificada entre maio de 2022 e março de 2025 (8,09% – IPC – Índice de Preços no Consumidor sem Habitação, publicado pelo I.N.E.).

6. Os preços unitários dos componentes foram definidos tendo por base a consulta preliminar realizada em 11.02.2025, de acordo com o estabelecido no artigo 35º-A do CCP.

7. Os preços base unitários da **Manutenção Preventiva** foram definidos tendo por base os valores unitários contratuais do anterior contrato em execução, na AdCL e com igual objeto, acrescidos do valor da inflação verificada entre maio de 2022 e março de 2025 (8,09% – IPC – Índice de Preços no Consumidor sem Habitação, publicado pelo I.N.E.).

Cláusula 17.^a

Condições de pagamento

1. A entidade adjudicante obriga-se a proceder ao pagamento dos bens fornecidos e serviços prestados efetivamente fornecidos e executados.

2. A entidade adjudicante obriga-se a pagar o preço resultante do produto dos preços contratuais unitários pelas quantidades efetivamente fornecidas e/ou prestadas, em cada intervenção.

3. As quantias devidas pela AdCL, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 30 (*trinta*) dias após a receção pela AdCL das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
4. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a aprovação do relatório de intervenção respetivo, nos termos do definido no n.º I da Cláusula 10ª do presente Caderno de Encargos.
5. A(s) quantia(s) devida(s) pela AdCL, nos termos da cláusula anterior, deve(m) ser paga(s) no prazo de 30 (*trinta*) dias após a receção pela AdCL das respetivas faturas.
6. Em caso de discordância por parte da AdCL, quanto aos valores indicados na fatura, deve este comunicar ao Adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o Adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
7. A falta de pagamento dos valores contestados pela AdCL não vence juros de mora nem justifica a suspensão das obrigações contratuais do Adjudicatário, devendo, no entanto, a AdCL proceder ao pagamento da importância não contestada.
8. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.os 1 e 2, as faturas devem ser apresentadas até ao dia 4 do mês seguinte a que se referem, conter a menção da respetiva nota de encomenda e as faturas são pagas através de transferência bancária para a instituição de crédito indicada pelo Adjudicatário.

Cláusula 18.ª

Faturação

- I. As faturas a apresentar pelo Adjudicatário ao contraente público, devem conter os elementos necessários a uma completa, clara e adequada compreensão dos valores faturados, os quais devem ser apresentados de forma desagregada em observância com o disposto no artigo 299.º-B do CCP.

2. As faturas eletrónicas a emitir pelo Adjudicatário deverão ser enviadas para o Portal FE-AP de receção de documentos em formato eletrónico (EDI), sistema suportado pela empresa “eSPap – Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, IP”.
3. Caso o Adjudicatário não tenha ainda aderido a este Portal deve efetuar os seguintes passos:
 - a. Consultar a informação sobre a fatura eletrónica em <https://www.espap.gov.pt/spfin/normas/Paginas/normas.aspx>;
 - b. Consultar a informação específica do processo de adesão dos fornecedores em <https://www.espap.gov.pt/spfin/onboarding/Paginas/onboarding%20de%20Fornecedores.aspx>;
 - c. Preencher o formulário de adesão: https://pt.surveymonkey.com/r/FE-AP_CIUS;
4. As faturas eletrónicas a emitir deverão cumprir, para além do definido no n.º I do artigo 299.º-B do CCP, o estabelecido no documento “Águas de Portugal - Manual de Boas Práticas - Faturação Eletrónica Inbound (Fornecedores)”, disponível em <https://www.adp.pt/pt/faturacao-eletronica/?id=240>.
5. As faturas devem conter, entre outras indicações, a referência do concurso, o número da nota de encomenda e o correspondente item, sob pena de devolução daquelas e o conseqüente não reconhecimento das obrigações.
6. A emissão de segundas vias das faturas solicitada pela AdCL não será objeto de qualquer cobrança adicional.

SECÇÃO III

ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 19.^a

Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato

1. A execução do contrato é permanentemente acompanhada pelo gestor do contrato designado pela AdCL, identificado no contrato.
2. No exercício das suas funções, o gestor pode acompanhar, examinar e verificar, presencialmente, a execução do contrato pelo Adjudicatário.
3. Caso o gestor do contrato detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, comunica-os, de imediato, ao órgão competente, propondo em relatório fundamentado as medidas que, em cada caso, se revelem adequadas à correção dos mesmos.
4. O desempenho das funções de acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato não exime o Adjudicatário de responsabilidade por qualquer incumprimento ou cumprimento defeituoso das suas obrigações.

CAPÍTULO III

MODIFICAÇÃO, INCUMPRIMENTO E EXTINÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 20.^a

Modificação objetiva do contrato

Além dos fundamentos de modificação objetiva previstos no artigo 312.º do Código dos Contratos Públicos, o contrato não pode ser modificado.

Cláusula 21.^a

Subcontratação e cessão da posição contratual do Adjudicatário

1. Além da situação prevista na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos, o Adjudicatário pode ceder a sua posição contratual, na fase de execução do contrato, mediante autorização da AdCL.
2. Para efeitos da autorização a que se refere o número anterior, o Adjudicatário deve apresentar uma proposta fundamentada e instruída com os documentos previstos no n.º 2 do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos.
3. A AdCL deve pronunciar-se sobre a proposta do Adjudicatário no prazo de 30 (*trinta*) dias a contar da respetiva apresentação, desde que regularmente instruída, considerando-se o referido pedido rejeitado se, no termo desse prazo, o mesmo não se pronunciar expressamente.
4. A subcontratação pelo Adjudicatário depende de autorização da AdCL, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 22.^a

Sanções contratuais

- I. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a AdCL pode exigir do Adjudicatário o pagamento de sanções contratuais, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - a) Pelo incumprimento dos prazos parciais serão aplicadas as seguintes sanções:
 - i. Não cumprimento do prazo máximo de 10 (*dez*) dias, após a assinatura do contrato, para apresentação dos documentos comprovativos da titularidade de um técnico mecânico/eletromecânico com experiência comprovada de, pelo menos, 10 (*dez*) anos em manutenção em equipamentos de cogeração, como exigido no **ANEXO I**, 100.00€, por cada dia de atraso.

- ii. Não cumprimento do prazo máximo de 10 (dez) dias, após a assinatura do contrato, para apresentação dos documentos identificados no n.º I da cláusula 5ª do presente Caderno de Encargos, 100.00€, por cada dia de atraso.
 - iii) Não cumprimento do prazo máximo de 48 (*quarenta e oito*) horas, a contar do pedido realizado pela AdCL nos termos do **ANEXO I**, para iniciar o diagnóstico do estado de condição do equipamento nas situações de prestação de serviços de assistência técnica não programada, 100.00€, por cada dia de atraso.
 - iv) Não cumprimento do prazo máximo de 7 (sete) dias para envio do relatório de diagnóstico do estado de condição do equipamento, a contar do final dos trabalhos necessários ao referido diagnóstico nas situações de prestação de serviços de assistência técnica não programada, 100.00€, por cada dia de atraso.
 - v) Não cumprimento do prazo máximo de 7 (sete) dias, a contar da comunicação pela AdCL, da aprovação do relatório de diagnóstico do estado de condição do equipamento, para iniciar a prestação de serviços e o fornecimento de bens constante do referido relatório, 100.00€, por cada dia de atraso.
 - vi) Não cumprimento das datas de execução das intervenções de manutenção preventiva, 100.00€, por cada dia de atraso.
 - vii) A realização de intervenções de manutenção preventiva por períodos inferiores a 2 (*dois*) dias consecutivos, caso a duração das intervenções seja superior a 2 (*dois*) dias, 500€.
 - viii) Pelo incumprimento da reparação ou substituição de bens danificados, 100,00€, por cada dia de atraso.
2. O valor acumulado das sanções contratuais a aplicar não pode exceder o limite máximo de 20% do preço contratual.
3. Nos casos em que seja atingido o limite de 20% e a AdCL decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.

4. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do Adjudicatário, a AdCL pode exigir-lhe uma sanção contratual de até 15% do valor global do contrato.
5. Ao valor da sanção contratual prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo Adjudicatário ao abrigo do n.º I, relativamente aos bens objeto do contrato cujo atraso na respetiva entrega tenha determinado a respetiva resolução.
6. A AdCL pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as sanções contratuais devidas nos termos da presente cláusula.
7. As sanções contratuais previstas na presente cláusula não obstam a que a AdCL exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 23.^a

Força maior

1. Não podem ser impostas sanções contratuais ao Adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior.
2. Para efeitos do contrato, só são consideradas de força maior as circunstâncias que, cumulativamente e em relação à parte que as invoca:
 - a) Impossibilitem o cumprimento das obrigações emergentes do contrato.
 - b) Sejam alheias à sua vontade.
 - c) Não fossem por ela conhecidas ou previsíveis à data da celebração do contrato.
 - d) Não lhe seja razoavelmente exigível contornar ou evitar os efeitos produzidos por aquelas circunstâncias.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Adjudicatário, na parte em que intervenham.

- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados.
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam.
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Adjudicatário de normas legais.
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança.
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Adjudicatário não devidas a sabotagem.
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A parte que invocar caso de força maior deve comunicar e justificar tal situação à outra parte, logo após a sua ocorrência, bem como informar o prazo previsível para restabelecer o cumprimento das obrigações contratuais.
5. A suspensão, total ou parcial, do cumprimento pelo Adjudicatário das suas obrigações contratuais fundada em força maior, por prazo superior a 30 (*trinta*) dias, autoriza a AdCL a resolver o contrato ao abrigo do n.º I do artigo 335.º do Código dos Contratos Públicos, não tendo o Adjudicatário direito a qualquer indemnização.

Cláusula 24.^a

Resolução do contrato por parte da AdCL

I. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a AdCL pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o Adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao Adjudicatário e não determina a repetição das prestações já realizadas nos termos previstos no presente Cadernos de Encargos, a menos que tal seja determinado pela AdCL.

Cláusula 25.^a

Resolução do contrato por parte do Adjudicatário

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Adjudicatário pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 3 (três) meses ou o montante em dívida exceda 20% do preço contratual, excluindo juros.
2. Nos casos previstos no número anterior o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à AdCL, que produz efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
3. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo Adjudicatário, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.
4. Nos restantes casos, o direito de resolução é exercido por via judicial.

Cláusula 26.^a

Seguros

- I. É da responsabilidade do Adjudicatário a cobertura, através de contrato de seguro, dos seguintes riscos:
 - a) Seguro de acidentes de trabalho que inclua os colaboradores que executarão os serviços nas instalações da AdCL.
 - b) Seguro de responsabilidade civil, de valor igual ou superior a 300.000,00€.

2. A AdCL pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o Adjudicatário prestá-la no prazo 5 (cinco) dias.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 27.^a

Deveres de informação

1. Cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respectivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa-fé.
2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.
3. No prazo de 15 (quinze) dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deverá informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.

Cláusula 28.^a

Comunicações

1. Salvo quando o contrário resulte do contrato, quaisquer comunicações entre a AdCL e o Adjudicatário relativas ao contrato devem ser efetuadas através de correio eletrónico ou carta registada.

2. Qualquer comunicação realizada por correio eletrónico é considerada recebida na data constante do respetivo recibo de receção e leitura remetido pelo recetor ao emissor.
3. Qualquer comunicação feita por carta registada é considerada recebida na data indicada pelos serviços postais.

Cláusula 29.^a

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo e fiscal de Coimbra, com renúncia expressa a qualquer outro.

Cláusula 30.^a

Direito aplicável e natureza do contrato

O contrato rege-se pelo direito português e tem natureza administrativa.

Cláusula 31.^a

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no presente Cadernos de Encargos são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, aplicando-se à contagem dos prazos as demais regras constantes do artigo 471.º do Código dos Contratos Públicos.

ANEXO I

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

I. O Adjudicatário, no âmbito do contrato a celebrar, obriga-se a:

- Executar todas prestações de serviços e fornecimento de bens necessários a cumprir o plano de **MANUTENÇÃO PREVENTIVA** do fabricante, como consta do **ANEXO III** ao presente Caderno de Encargos, de cada um dos motogeradores instalados nas ETAR de Cacia e Ílhavo, cujas características estão identificadas no **ANEXO II** ao presente Caderno de Encargos.
- Realizar todas as prestações de serviços e fornecimento dos bens constantes da lista de preços unitários, necessários para assegurar a manutenção corretiva (**ASSISTÊNCIA TÉCNICA NÃO PROGRAMADA**) destes equipamentos.

2. No cumprimento da prestação de serviços de **MANUTENÇÃO PREVENTIVA**, o Adjudicatário obriga-se a:

- Executar todas prestações de serviços e fornecimento de bens necessários a assegurar o cumprimento plano de manutenção preventiva do fabricante, com a periodicidade definida no **ANEXO III** para cada equipamento, conforme páginas 334 a 336 daquele anexo.
- Fornecer e instalar os bens necessários à execução de cada tipologia de intervenção de manutenção preventiva, de acordo com o definido no plano de manutenção preventiva proposto pelo fabricante e constante do **ANEXO III** ao presente Caderno de Encargos.
- Apresentar um preço unitário para cada tipo de intervenção, que inclua todos os custos necessários para a execução de cada intervenção periódica, ou seja que inclua custo de mão de obra, bens, consumíveis, etc. cumprindo o definido no plano de manutenção do fabricante, constante no Anexo III do CE. Assim, os preços unitários a apresentar pelo Adjudicatário para as intervenções constantes do plano de manutenção preventiva, que servirão de base à elaboração da proposta, deverão incluir todos os custos relacionados com as tarefas mencionadas nos pontos anteriores, bem como os custos relacionados com materiais, mão-de-obra, deslocações, alojamento, alimentação, etc.

- Ter em consideração que as intervenções «Ei» e «Ri» especificadas no ANEXO III são complementares entre si. Assim, quando se realiza uma operação «Ei» é necessário realizar as intervenções «Ei-I» (ou menores), sempre que a frequência para a sua realização assim o indicar. Quando se realizar uma operação «Ri» será necessário realizar as intervenções «Ri-I» (ou menores) e todas as intervenções «Ei».
3. As datas de execução das intervenções integradas no plano de manutenção preventiva a executar no âmbito do presente procedimento serão agendadas em função do número de horas de funcionamento dos motogeradores.
 4. Por forma a permitir o agendamento das intervenções mencionadas no ponto anterior, a AdCL enviará semanalmente ao Adjudicatário informação do número de horas de funcionamento, para o mail do adjudicatário indicado no contrato.
 5. As datas de execução das intervenções de manutenção preventiva deverão ser comunicadas por escrito pelo Adjudicatário ao gestor do contrato, por mail, com uma antecedência mínima de 2 (dois) dias para a data proposta para a sua execução.
 6. A data proposta para cada intervenção de manutenção preventiva deve garantir que não se ultrapassa o número de horas máximo entre intervenções, sendo admissível uma tolerância de 50 (cinquenta) horas.
 7. As intervenções de manutenção preventiva deverão ser efetuadas em períodos mínimos de 2 (dois) dias consecutivos, caso a duração das intervenções seja superior a 2 (dois) dias.
 8. No cumprimento da prestação de serviços de **ASSISTÊNCIA TÉCNICA NÃO PROGRAMADA** o Adjudicatário obriga-se a:
 - Efetuar o diagnóstico do estado de condição do equipamento para o qual foi solicitada a assistência técnica.
 - Elaborar o relatório técnico, com identificação dos componentes e consumíveis necessários para repor o normal funcionamento do equipamento, bem como da quantificação da mão-de-obra e deslocações necessárias para a sua instalação (incluindo diagnóstico) e o prazo necessário para a sua execução.

- Após a aprovação do referido relatório pela AdCL, o Adjudicatário está obrigado a fornecer e instalar os bens necessários identificados no relatório antes mencionado.
9. O pedido de assistência técnica, a qualquer um dos equipamentos identificados no **ANEXO II**, é efetuado pelo gestor do contrato para o mail do Adjudicatário indicado no contrato.
10. O Adjudicatário obriga-se a, no prazo máximo de 48 (*quarenta e oito*) horas a contar do pedido, iniciar o diagnóstico do estado de condição do equipamento.
11. O envio do relatório de diagnóstico do estado de condição do equipamento deverá ser enviado pelo Adjudicatário à AdCL no prazo máximo de 7 (*sete*) dias a contar do final dos trabalhos necessários ao referido diagnóstico.
12. O Adjudicatário obriga-se a iniciar a prestação dos serviços e o fornecimento dos bens constantes do relatório de diagnóstico do estado de condição do equipamento, no prazo máximo de 7 (*sete*) dias, a contar da data da comunicação da aprovação do referido relatório para o mail do Adjudicatário indicado no contrato.
13. Os prazos referidos nos números anteriores poderão ser alterados mediante acordo prévio de ambas as partes, nomeadamente quando estejam em causa prazos de entrega dos bens a fornecer.
14. O preço a pagar pela realização de cada prestação de serviços de assistência técnica não programada será calculado considerando o número de horas alocadas à sua realização por Especialidade Eletromecânica e ou Especialidade Automação, o número de deslocações necessário e os bens a instalar.
15. Na execução da prestação de serviços de assistência técnica não programada é o Adjudicatário responsável pelo fornecimento e instalação dos componentes e consumíveis necessários para a reposição das condições normais de funcionamento dos equipamentos de cogeração, como indicados no relatório de diagnóstico do estado de condição do equipamento aprovado, desde que para os mesmos tenha sido apresentado preço contratual.
16. Os bens a fornecer, se e quando necessário, são os identificados na tabela que constitui o **ANEXO IV** ao presente Caderno de Encargos, para os quais o concorrente se obriga a apresentar um preço unitário, preenchendo o **ANEXO II** do Programa do Procedimento.

17. Se, no relatório de diagnóstico do estado de condição do equipamento, forem identificados componentes ou consumíveis não constantes da lista de preços unitários do presente procedimento, a AdCL será responsável pelo fornecimento desses materiais, devendo neste caso o Adjudicatário proceder à sua montagem no equipamento.

18. Todas as peças, lubrificantes e consumíveis a fornecer no âmbito do presente procedimento devem corresponder aos recomendados pela marca e constantes na “*parts list*” dos equipamentos incluídos no presente procedimento e devem ser fornecidos no estado de novo.

19. O Adjudicatário obriga-se a alocar à prestação de serviços uma equipa composta por mão-de-obra especializada para a deteção e resolução de anomalias nos equipamentos composta por pelo menos um técnico mecânico/eletromecânico com experiência comprovada de, pelo menos, 10 (dez) anos em manutenção em equipamentos de cogeração.

20. Sempre que nas tarefas a executar esteja incluída a mudança de óleo dos motogeradores, deve o Adjudicatário promover, a suas expensas, a análise ao óleo retirado dos referidos equipamentos, considerando pelo menos os seguintes parâmetros:

a) Características Físico-Químicas:

- i. Teor Água
- ii. Viscosidade 100 °C

b) Viscosidade 40 °C

- i. Número Base
- ii. Oxidação
- iii. Teor de Poeiras (Soot)

c) Metais de Desgaste e Contaminação:

- i. Alumínio
- ii. Cobre
- iii. Crómio
- iv. Ferro

- v. Chumbo
- vi. Silício
- vii. Sódio
- viii. Estanho
- ix. Prata
- x. Bário
- xi. Níquel
- xii. Vanádio

21. Os boletins das análises referidas no ponto anterior devem ser entregues à AdCL no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias após a data da realização da intervenção.

22. No que se refere aos lubrificantes e outros produtos químicos a utilizar, o Adjudicatário deverá garantir:

- a) Que os bidões de óleo eventualmente utilizados deverão estar permanentemente acondicionados em tinas de retenção, quer durante o armazenamento, quer durante o transporte. Aos óleos recolhidos deverá ser dado destino final apropriado.
- b) A existência e utilização de sistemas de retenção e absorção em caso de derrame de produtos químicos durante o seu transporte e durante as atividades a realizar nas instalações da AdCL.
- c) Que qualquer que seja o óleo eventualmente utilizado, deve estar sempre devidamente identificado na embalagem e acompanhado da respetiva ficha de segurança atualizada, redigida em português. Este requisito aplica-se ainda a todos os outros produtos químicos que eventualmente se venham a utilizar no âmbito das intervenções do Adjudicatário.

23. Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto do contrato e respetivos documentos para os locais da entrega e a respetiva instalação são da responsabilidade do Adjudicatário.

ANEXO II

CARACTERÍSTICAS DOS MOTOGERADORES DAS ETAR DE CACIA E ETAR DE ÍLHAVO

	ETAR de Cacia		ETAR de Ílhavo
Localização	Rua do Passal, Sarrazola, Cacia, Aveiro		Z. Industrial da Mota, Rua I, Gafanha da Encarnação,
	8°42'34.38" W 40°36'16.48"N		8°35'42.56" W 40°41'22.84"N
Número de Unidades	2		1
Horas de Funcionamento Totais (em 29/05/2025)	36.914	43.610	43.706
Motor	Guascor FGLD 240/55		Guascor FGLD 480/55
Velocidade do motor	1500 rpm		1500 rpm
Alternador	Leroy Sommer LSA C 47.1LA C 6/4		Leroy Sommer LSA 49.1L9 C 6/4
Potência Mecânica	330 kW / unidade		725 kW
Potência Elétrica	312 kW / unidade		700 kW
Combustível	Biogás / Gás Natural		Biogás / Gás Natural
Funcionamento Paralelo com Rede	Sim		Sim
Recuperação Calor Gases Escape	Sim		Sim

ANEXO III

**PLANO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA PROPOSTO PELO FABRICANTE DOS
MOTOGERADORES DAS ETAR DE CACIA E ETAR DE ÍLHAVO**

O Plano de Manutenção Preventiva proposto pelo fabricante é o constante do ficheiro “ANEXO III
CE – Plano de Manutenção Preventiva.pdf”.

ANEXO IV

BENS A FORNECER

Referência	Descrição
I910B70	Cabeça motor nova
I975040	Conjunto juntas cabeça
7689067	Turbo compressor
I610310	Camisa cilindro completa
I915120	Pistão completo
I915100	Conjunto segmento pistão
I615186	Parafuso da biela
I915014	Casquilho pé de biela
I615C70	Cojinete biela
7641147	Atuador
I610116	Junta tampa registro biela
I940182	Junta união coletor escape
I610064	Junta tampas registro bielas
7471157	Retentor termostato
I640040	Compensador escape
I940120	Coletor escape FGLD 240
I940110	Coletor escape FGLD 240
I615250	Conjunto varilla mando balancin
I940080	Coletor escape FGLD 480
I940040	Coletor escape FGLD 480
I940050	Coletor escape FGLD 480
I910223	Parafuso fixação cabeça
I610047	Porca fixação cabeça
I610048	Anilha fixação cabeça
7628285	Bomba água
7690361	Válvula 3 vias
7600988	TERMOCONTACTO 65°C
7664098	Modulo ignição
7603110	Manómetro pressão
I946640	Kit adaptador turbo
I930003	Eixo válvula borboleta
7430007	Casquilho
7640114	Casquilho atuador
7664305	Pick up
I616130	Volante com coroa
I679020	Kit estanqueidad b.c. prin

1620044	Junta caixa termostato
7679008	Termostatos
7601239	Purgador de ar
7600553	Termopar gás escape
3860006	Racor 1/4" para sonda
7600189	Termo contacto paragem alta temp
1520097	Anilha circuito principal
7211262	Junta ligação entrada óleo turbo
1545029	Junta tubagem descarga óleo
1930068	Junta
1610516	Junta superior bloco
1940008	Junta turbo
1940009	Junta saída coletor água
1945254	Junta turbo
7215345	Junta tórica
7214312	Junta tórica
7665021	Ligação flexível
1520093	Junta tubo água coletor
7214132	Junta tórica
7215332	Junta tórica
7215331	Junta tórica
7214273	Junta tórica 65,5 x 4
7215601	Junta tórica
7214525	Junta tórica 94,5x3
1620362	Manguito silicone d90
7000402	Abraçadeira
7213441	Junta tórica
7213452	Junta tórica
7213686	Junta bomba água
7213442	Junta tórica
7679009	Termostato óleo
7679033	Termostato óleo
7214101	Junta tórica
7400167	Abraçadeira
1930078	Junta adaptador
1930089	Junta
1930092	Junta plana entrada de gás
1930091	Junta
7664005	Bobine
1640003	Perno
1740064	Porca

7215406	O'ring coletor admissão
1940017	Junta adaptador turbo
7211996	O'ring
7210366	O'ring
1640014	Junta cotovelo saída gás
1945315	Junta oval espiral adaptador turbo
1645023	Junta dn 150
7212662	Junta tórica
1645031	Junta tampa entrada/saída
1645299	Junta tampa intercooler
1940012	Tampa saída turbo
7011013	Parafuso coletor escape
7010453	Parafuso
1625320	Válvula sobrepressão
7211896	Junta tórica
7220038	Junta cobre
7214576	Junta tórica
1635108	Junta
1930066	Junta carburador
1620345	Junta
7400011	Abraçadeira
1933600	Cabos velas
7650416	Filtro óleo FGLD 480
7650417	Filtro óleo FGLD 240
7618135	Motor arranque
7681018	Silenciador escape
1915090	Biela completa FGLD 480
1915080	Biela completa FGLD 240
MOTOROIL 2040	Tambor de óleo para motores a biogás - 208 litros